



**Coren**<sup>ES</sup>  
Conselho Regional de Enfermagem do Espírito Santo

## PORTARIA COREN-ES N.º 230/2023

**Revoga Portaria Coren-ES n.º 156/2023 e designa conselheira para emissão de parecer fundamentado referente aos fatos citados no PAD n.º 1420/2020.**

O Conselho Regional de Enfermagem do Estado do Espírito Santo – Coren/ES, no uso da competência consignada no inciso XIV, do art. 15, da Lei n.º 5.905/73, e tendo em vista os incisos XIII e XXXII do art. 20 do Regimento Interno da Autarquia;

**CONSIDERANDO** a Decisão Coren-ES n.º 095/2022, expedida em 30/11/2022, e publicada no Diário Oficial da União em 14/02/2023;

**CONSIDERANDO** a entrada em vigor do novo Código de Processo Ético – Resolução Cofen n.º 706/2022;

**CONSIDERANDO** a denúncia formulada *ex officio*, em desfavor da Enfermeira G. F. M., por supostamente ter desrespeitado isolamento e exercido suas funções no Hospital da Polícia Militar, apesar de suspeita de Covid-19;

**CONSIDERANDO** o Despacho do Coordenador da Câmara de Ética n.º 1235/2023 (fl.26), emitido em 18 de maio de 2023;

Baixa as seguintes determinações:

**Art. 1º** – Designar a conselheira **Valéria da Silva Schimidt do Amaral Reis, COREN-ES 56165 – ENF**, para no prazo de 20 (vinte) dias, emitir parecer fundamentado, conforme o art. 12, § 1º da Resolução Cofen n.º 706/2022, esclarecendo se os fatos relatados na denúncia apresentada têm indícios de infração ética e se preenchem as condições de admissibilidade para abertura de processo ético:



**Art. 12** - A denúncia deverá ser encaminhada à Câmara de Ética do Coren, a qual examinará o atendimento aos requisitos de admissibilidade.

§ 1º - Recebida a denúncia o Coordenador da Câmara de Ética designará Conselheiro Relator, entre seus membros, que emitirá parecer de admissibilidade no prazo de 20 (vinte) dias.

§ 2º - Na hipótese de denúncia anônima, havendo plausibilidade e motivação, poderá o Conselheiro Relator instaurar procedimento preliminar de averiguação, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, cuja conclusão deverá indicar a admissibilidade ou não da denúncia, que será de ofício caso admitida.

§ 3º - O Conselheiro Relator poderá promover diligências para melhor juízo de admissibilidade, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, ou realizar audiência de conciliação.

§ 4º - Não havendo a conciliação entre as partes, o relator terá o prazo de 20 (vinte) dias para emitir parecer de admissibilidade.

§ 5º - Finalizado o parecer, a Câmara de Ética deliberará e votará sobre a admissibilidade ou não da denúncia, com decisão da maioria dos membros efetivos.

§ 6º - O resultado ficará registrado em ata, com votação nominal, e constará dos autos processuais com o parecer e a decisão. [grifo nosso]

**Art. 2º** – A conselheira citada no Art. 1º fará jus ao recebimento de auxílio representação, mediante comprovação do efetivo exercício da atividade, conforme Decisão Coren-ES nº 067/2022.

**Parágrafo único** – Havendo a necessidade de realização de diligências, a Conselheira deverá solicitar autorização previa à Presidência. Em sendo autorizada a solicitação, deverá ser emitido novo ato designatório.

**Art. 3º** - O Parecer de Conselheira deverá ser emitido sob o nº. 67/2023.

**Art. 4º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando a Portaria Coren- ES nº156/2023.

Vitória (ES), 22 de maio de 2023.

**Dr. Leonardo França Vieira**  
COREN-ES 223169-ENF  
Coordenador da Câmara de Ética  
Portaria Coren-ES nº 175/2023